

# **AS TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: avanço e reprodução do capital no Mato Grosso do Sul**

## **THE TRANSFORMATIONS AND CONTRADICTION IN THE FIELD BRAZILIAN: progress and reproduction of capital in Mato Grosso do Sul**

**Thaine Regina Backes**

Mestranda em Geografia do programa de pós-graduação em Geografia da  
Universidade Federal da Grande Dourados-MS  
bolsista CAPES  
thaineregina@yahoo.com.br

**Resumo:** Este texto busca compreender as transformações no campo a partir do modo de produção capitalista, em que a constituição dos latifúndios e dos grandes empreendimentos se realiza, como por exemplo, com a adentrada da cana-de-açúcar na agricultura brasileira, e que de modo especial, nos debruçamos em analisar a partir do recorte territorial do estado de Mato Grosso do Sul. Desse modo, o próprio capital cria e re-cria formas contraditórias de (re)produção. Formas que materializam contradições: de um lado a expansão capitalista avança e deixa o campo cada vez mais carregado de capital e menos de pessoas; por outro lado, o campesinato (mesmo que muitas vezes expulso a força) retoma sua luta pela sobrevivência na terra, demonstra, portanto que a luta pela terra é a demonstração de força, pela sobrevivência de uma classe trabalhadora do campo.

**Palavras-Chaves:** Campo. Campesinato. Capital. Mato Grosso do Sul. Transformação.

**Abstract:** This text search to understand the transformation of field from the capitalist mode of production, in which the constitution of the land and the large enterprises is carried out, for example, with the come of soybean and sugar cane in Brazilian agriculture, and that in particular, in address to analyse territorial cut from the state of Mato Grosso do Sul. Thus, the very capital creates and re-creates ways contradictory to (re) production. Ways that materialized contradictions: on the one hand the expansion progresses capitalist and leaves the field increasingly loaded with capital and less of people, secondly, the peasantry (even if often expelled the force) repeats its struggle for survival on earth, shows, so that the fight in and the land is a demonstration of force, the survival of a working class of the field.

**Keywords:** Countryside. Campesinato. Capital. Mato Grosso do Sul. Transformation.

### **Introdução**

Primeiramente, têm-se como ponto de partida para análise, as transformações no campo vinculadas nas relações de trabalho da classe trabalhadora rural. Com a

“modernização da agricultura”, ou aperfeiçoamento, principalmente tecnológico na agricultura, houve transformações resultantes através de processos que se estenderam nas relações de produção, no qual os camponeses puderam sentir em grande medida essas alterações, como por exemplo: privilegiaram-se os setores agroexportadores que, impulsionados pela expansão das exportações, passaram a buscar e suprir a necessidade de uma demanda que produza para a indústria visando o mercado externo. Desse modo, pode-se perceber a relação contraditória, quanto ao processo de “modernização da agricultura”, que segundo Caio Prado Júnior demonstra que

a elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais freqüentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutra lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las. (PADRO JUNIOR, 1979, p. 27).

A partir desse enfoque, é possível perceber que a “modernização da agricultura” não refletiu somente em interesses vinculados ao passo do “progresso” e avanço na agricultura. Repercutiu também, que essa “modernização” não se realiza por completo, ou melhor, se desenvolve de maneira diferenciada, ou seja, nem todo o trabalhador do campo adentrou e “aderiu” ao jogo de “interesses”, ficando este fora do “processo”. Porém, é esse trabalhador (camponês, principalmente) que percebeu e sentiu gravemente os reflexos dessa “modernização”, da “modernização conservadora”.

Essas transformações na configuração do espaço rural se deram, principalmente a partir da década de 1960, em grande medida devido à intensificação da industrialização e urbanização. Logo, os processos desencadeados pela ampliação do capital no campo vinculados a modernização, fazem com que os camponeses sejam “forçados” a aderir e a se sujeitar as leis impostas pelo capital, principalmente pelo capital monopolista vinculado aos latifúndios, (trans)formando muitos desses camponeses em proletariados, pois, a partir do momento que a unidade camponesa não é mais de suficiente para a manutenção familiar, este vende a mão-de-obra, único instrumento de trabalho. Como destaca Singer (1979, p.1), “era inevitável, portanto, que a penetração do capitalismo na agricultura brasileira despojasse o camponês de seu acesso direto a terra, transformando-o de produtor independente em assalariado”.

Desta forma, se pode identificar através da “modernização da agricultura”, a desintegração do campesinato, ou seja, a “modernização”, não se realiza para todos como aponta(va) os discursos, isto é, a “modernização” é excludente e contraditória. Neste contexto, Lênin (1982), em o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, expõe através de dados esmiuçados, como ocorreu a desintegração do campesinato naquele país e como essa desintegração move diretamente o mercado interno capitalista “[...] transformando o camponês, de um lado, em operário agrícola e, doutro, em pequeno produtor de mercadorias, em pequeno burguês, a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo” (LÊNIN, 1982, p. 99).

A partir do momento que o camponês deixa de produzir no seu estabelecimento e conseqüentemente transforma-se em proletariado, o mesmo não pode deixar de consumir. Assim, é através da proletarianização que este possui condições de adquirir produtos comercializados nas cidades, produzido nas indústrias, que é também, para onde os camponeses se dirigem após a insustentabilidade de seu estabelecimento agrícola. Isso resulta em um contingente populacional que *cria e recria* abastecendo o mercado interno do capitalismo, ou seja, atende com corpos de trabalhadores a demanda destes, fundamentalmente, na industrialização.

Desta forma, o capital industrial opera duplamente na desintegração do campesinato: ao mesmo tempo, que por intermédio do capital comercial, que converte o produto do trabalho camponês em mercadoria, transforma o camponês em consumidor de produtos industriais e, também, trabalhador na indústria (IANNI, 1981, p. 150).

Assim, na agricultura os pequenos agricultores passam a ser comandados pelos moldes do sistema capitalista, pois a idéia da subordinação agrícola ao capital, coloca a produção agrícola como um fator externo à produção capitalista, sendo que, a partir do momento que o camponês necessita de novas formas de subsistência, é porque as relações predominantes anteriormente na agricultura já não se fazem suficientes para sua manutenção, estando elas subordinadas a dominação e lógica do jogo do capital.”. Sobre esse processo, Oliveira afirma que

essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Nesses aspectos, ocorre (em certa medida) a sujeição do camponês frente ao capital, porque os mesmos são expropriados por falta de condições acumulativas para o desenvolvimento da nova modalidade, sendo assim as relações capitalistas, introduzidas na agricultura passam a (re)definir sua existência, enquanto expropriados ou, enquanto migrantes que buscam outro pedaço de terra para sobreviver enquanto camponeses.

Para tanto, não se pode desconsiderar as outras formas de reprodução do camponês, entre elas as que se divergem em atividades de *parceiro familiar (relação não-capitalista)* e *arrendatário em dinheiro*. A partir do primeiro, se pode entender que o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas para produzir/reproduzir o capital (OLIVEIRA, 1996, p. 19).

Portanto, é importante tratar dessas configurações que se deliam no Brasil e principalmente no Mato Grosso do Sul atualmente, verificando como e em que medida a monocultura como a cana-de-açúcar, acentua as suas bases neste(s) espaço(s) e tempo(s). Logo, é interessante reiterar que o estado do Mato Grosso do Sul tem em sua formação a presença hegemônica do latifúndio, o que de certa forma, dificulta em grande medida a criação e (re)criação do campesinato.

Nesse sentido, Prado Júnior (1979) considera que a relação de causa e efeito entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, consiste na *acentuada concentração da propriedade fundiária*. Segundo o autor, é importante ser esse o ponto de partida na análise e compreensão do problema (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 18). Portanto, a análise consiste em verificar a alteração pela qual o campo passou e continua passando, tecendo relações que repercutem principalmente na concentração fundiária que amplia seus espaços através da cana-de-açúcar, e que no tocante, reflete na produção agrícola camponesa. Assim, torna-se interessante verificar a expansão das monoculturas, e como esta se configurou no campo brasileiro e no estado do Mato Grosso do Sul. Busca-se, demonstrar nesse processo a participação do Estado ligado aos incentivos a produção em larga escala, que vão de certa forma, delineando o processo agrário brasileiro nos últimos anos de maneira contraditória e desigual.

**A relação (con)traditória da expansão capitalista no campo: expansão dos latifúndios *versus* re-criação camponesa pela permanência na terra**

As configurações que se estendem no campo atualmente foram delineadas a partir de um processo que se desencadeia há muito tempo (no(s) variado(s) espaço(s) da agricultura), que puderam ser percebidas principalmente a partir da Revolução Industrial, onde até então, o campo era considerado “auto-suficiente”. Anteriormente a Revolução Industrial, o campo garantia a subsistência da sua população e o abastecimento alimentar das cidades, ou seja, o campo mantinha as suas relações particulares de manutenção, da mesma forma, que as famílias que neste espaço viviam, mantinham a sua sobrevivência. Nesse sentido, sobre a família camponesa Kautsky (1968, p. 25) afirma que

a família do camponês [...], constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos.

As necessidades e o consumo eram supridos dentro da própria unidade camponesa, bem como os instrumentos de trabalho, eram fabricados no espaço do camponês, conforme a sua necessidade, o que poderíamos chamar de a indústria doméstica do camponês (KAUTSKY, 1968, p. 22) e (LÊNIN, 1982, p. 215).

Porém, com o desenvolvimento da indústria e conseqüentemente aumento da população, a indústria doméstica do camponês passa a se (em certa medida) dissolver, ou seja, a indústria urbana e o comércio determinaram na desintegração da pequena unidade camponesa, ao mesmo tempo, que instrumentos novos, aperfeiçoados, passam a adentrar no campo, ampliando assim as relações entre cidade e campo, e causando uma diferenciação econômica, política e cultural entre os camponeses (KAUTSKY, 1968, p. 26-27).

Com a entrada de instrumentos mais aperfeiçoados na unidade camponesa, tem-se, de certa forma, o primeiro germe da “modernização da agricultura”, realizada através de forma particular pelos instrumentos utilizados no campo, o qual não penetra aceleradamente, mas amplia as relações de consumo e as relações de dependência do camponês a cidade. Dessa forma, segundo Kautsky (1968, p. 27), “só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso”. É claro que não se deve relativizar essa afirmação, pois, no Brasil isso não ocorreu totalmente nas propriedades camponesas, que ainda, em certa medida, permanecem com alguns hábitos de produção doméstica.

Porém, ao passo que o camponês tem acesso as novas tecnologias, como máquinas, insumos, sementes modificadas, ele passa a ter condição de produzir excedente, dando a ele, condições da contratação de assalariados, ficando a família camponesa o trabalho da administração, tornando-se pequenos capitalistas. Portanto tem-se a “*desintegração do campesinato*” (LÊNIN, 1982, p.35), e a “*transformação dos camponeses em capitalistas*” (OLIVEIRA, 1996, p. 21)<sup>1</sup>.

De maneira geral, vale ressaltar que o processo de industrialização do campo repercute através das relações de produção na agricultura, redefinindo a estrutura socioeconômica e política do campo (OLIVEIRA, 1986, p. 5). Nesse sentido, entender os aspectos de desenvolvimento e “modernização da agricultura”, vinculam-se diretamente em verificar o modo capitalista de produção, principalmente nos seus aspectos monopolistas, no qual entendemos ser visível (e invisível) a estruturação do campo para atender a esse processo.

Tão logo, as transformações por qual passa o próprio capital refletem que esse sistema gera as próprias relações não-capitalistas, ou seja, ao passo que a agricultura se “moderniza” ela também cria e re-cria (em constante processo de [trans]formação) modos de produção não voltados para a acumulação capitalista. Assim, pode-se analisar que tanto o campesinato quanto o latifúndio desenvolvem-se em um processo capitalista, onde as forças produtivas passam a ser controladas pelo domínio do capital, como expõem Silva (1980, p. 20) em que “o desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas [...] reforço da dominação do capital sobre o trabalho”.

No entanto, é importante frisar que esse processo de dominação do capital sobre o campesinato é hegemônico, mas não totalitário em todas as dimensões da vida. O campesinato cria-se e se recria segundo lógicas capitalistas e não capitalistas de produção. São lógicas que atendem, principalmente, as estratégias de sobrevivência da família do camponês, que pode levá-lo a dominação pelo capital, quando a reprodução enquanto campesinato com formas de produção não capitalistas.

Assim, não há na vida da família camponesa um espaço “absoluto” que é dominado pelo capital(ismo), e nem um tempo do “progresso” prometido pela “modernização conservadora”; no campesinato, o que existem são vários tempos e vários espaços que se mesclam, que se juntam, que interagem, que se separam, que se articulam para a reprodução de um modo de vida que prioriza a família sobrevivendo

sobre seu território, isto é, a sua terra. São vários tempos e espaços, criados e re-criados em uma dialética que se circunscreve nas estratégias de reprodução e sobrevivência de vida dos camponeses.

No entanto, no que tange a esse fulcro, podemos perceber o campesinato como classe social, onde se tem o trabalhador expropriado pela expansão capitalista, e onde se tem o trabalhador que quer *re-entrar* na terra: “O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna” (OLIVEIRA, 1986, p. 11). Logo, a busca ao retorno pela terra, reflete na trajetória do camponês, que não existindo espaços para sua reprodução e manutenção, *migra* levando consigo a força e a luta pelo trabalho na terra<sup>2</sup>. Tal processo se verifica no estado do Mato Grosso do Sul a partir da chamada “marcha para o oeste”, onde os “espaços vazios” passam a ser ocupados, um “tempo novo” é prometido, que, com a vinda dos *migrantes* sulistas, paulistas e nordestinos entre outros, trazem consigo a dúvida!, e muitas vezes a encruzilhada, pois em suas regiões de origem, as condições de vida vinham se fazendo ainda, mais precárias. A vinda para “novos espaços”, traz a ansiedade, a busca pela novidade, ou seja, viver, produzir e reproduzir em um novo estado, em outro lugar, com novas relações. É uma tentativa de se buscar melhores condições em um lugar que propôs a expansão, principalmente agrícola.

Nestes aspectos, as noções de expansão refletem nas noções de “progresso” e desenvolvimento, enquanto ao camponês fica relegado o viés de “arcaico”, que não acompanhou as transformações na agricultura. Segundo Mendonça e Thomaz Júnior (2004, p. 99) “a contradição capital – trabalho foi transposta para as concepções de atrasado e moderno ou mesmo de sertão e litoral, como partes díspares, sob discurso de que cabia a todos, esforços para trazer progresso e desenvolvimento”.

Portanto, o viés ideológico de que o progresso se desenvolve a partir de parâmetros favoráveis somente ao capital, demonstra que o camponês, sofreu em grande medida conseqüências dessa expansão. O Estado como órgão mediador imprimiu na agricultura uma função estratégica na reprodução social, permitindo que os produtos básicos para a cesta alimentar nos custos de reprodução da força de trabalho, fossem cada vez menor (ABRAMOVAY, 1992, p.25). Ou seja, o campo se “moderniza” levando o “progresso” e desenvolvimento, porém, somente para os interesses em jogo.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo como um processo contraditório da própria reprodução capitalista, gerou na agricultura as suas contradições, representadas pela classe que não fizeram parte desse processo, o camponês, que tinha em sua

essência a produção para subsistência. Segundo Oliveira (1986, p. 28), “esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia”. No entanto, segundo Oliveira (1986, p. 28), “cabe esclarecer, neste momento, que o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Essa mercadoria que sai do processo produtivo, contém, aprisiona a mais-valia”.

Assim, o camponês independente, como sujeito “externo” a esse processo, se reproduz a partir de suas condições, ou seja, sem a facilidade para a comercialização de seus produtos, nem com produção elevada para fazer parte da articulação mercado-exportação, se volta principalmente para o mercado interno. Logo, ele passa a estar articulado com o mercado, mas não como parte integrante do capital, e sim como fator contraditório desse processo. Ele se reproduz na sua essência buscando continuar no campo.

Portanto, a partir da introdução capitalista e reprodução ampliada desse sistema na agricultura, é possível compreender o processo de apropriação do território, principalmente pela agricultura e indústria (tendo como exemplo substancial no Mato Grosso do Sul) a produção de cana-de-açúcar<sup>3</sup>. Deste modo, no processo de produção e transformação, a agricultura e a indústria se articulam num processo mútuo, formando conseqüentemente as chamadas agroindústrias, na qual podemos perceber a monopolização e também territorialização do capital principalmente na relação de arrendamento e compra de terras<sup>4</sup>.

Assim, podemos perceber a junção que ocorre entre a agricultura e a indústria, normalmente corporificadas como o *signal* presente do “progresso”. Isso pode ser verificado no estado do Mato Grosso do Sul, que segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2006) em 2001 a área plantada de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul era de 99,673 mil/hectares e que desde então ocorre um aumento de 53% até a safra de 2006, atingindo a uma área plantada de 152.747 mil/hectares. Para a safra de 2008 a previsão de área plantada e de um aumento de 24%, conseqüentemente a produção que estava em torno de 7,5 milhões (toneladas) vai para 12 milhões (toneladas), ou seja, sofre um aumento de 60%.

Atrelado a esse processo, podemos verificar a expansão das unidades agroindústrias, que até o ano de 2006 o estado do Mato Grosso do Sul, contava com 11 unidades em operação, porém, atualmente são 28 usinas em processo de implantação,



31 projetos em negociação, caso esse cenário se concretize, poderão estar operando no estado do Mato Grosso do Sul até 2010, em torno de 70 usinas para o beneficiamento de cana-de-açúcar, voltadas para a produção de álcool.

Neste sentido, as modificações perceptíveis e conseqüentemente visíveis (e porque não invisíveis), demonstram que a paisagem de uma forma “bruta”, converteu-se na introdução acelerada de monoculturas, e da mesma maneira, iniciou-se um movimento de re-introdução tecnológica, e ao mesmo tempo, o território se re-organiza de forma a atender os anseios da economia nacional (e/ou dos grupos dominantes nacionais e internacionais), controlados pelo Estado e pela classe e/ou frações da classe dominante.

### **A renda da terra: a relação proprietário e arrendatário da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul**

O estudo sobre a renda da terra, vem se tornando freqüente nos estudos sobre agricultura, sendo verificada e compreendida sob forma de entender as articulações que se desencadeiam a partir da utilização da terra como mercadoria. Para Oliveira (1986, p. 73), “a renda da terra é uma categoria fundamental, especial no estudo da agricultura. Ela é um lucro extraordinário suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade”.

Portanto, analisando as interfaces que sobrepõem no campo no Mato Grosso do Sul, busca-se entender primeiramente as relações que se dão no espaço da cana-de-açúcar, como por exemplo a forma de utilizar a terra. Tão logo, é necessário, compreender os arranjos que se dão entre o proprietário e arrendatário da terra (Usina), e as formas como tais processos de realizam. Assim, é necessário entender distintamente o que é *parceria e arrendatário em dinheiro* para o plantio da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul.

A “*parceria*”<sup>5</sup>, na cana-de-açúcar, caracteriza-se pelas relações de trabalho entre proprietário da terra e o arrendatário (neste caso, a usina), sendo que ambos os lados dividem as despesas geradas com o plantio, manutenção e corte da cana-de-açúcar. Já os pagamentos podem ser realizados mensalmente ou ao final de cada “safra”, conforme cotação/dia, sendo que o proprietário da terra recebe o valor líquido, com as despesas descontadas. O *arrendatário em dinheiro* é aquele que arrenda a terra do proprietário, e em troca do arrendamento, o proprietário recebe em dinheiro parte dos lucros (metade,

um terço, um quarto) ou até mesmo uma porcentagem, sendo que também pode cobrar uma quantia previamente estipulada no contrato de arrendamento. A partir dessas análises, percebemos que a terra torna-se mercadoria, ganha preço, passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca, estando ela inserida nas relações capitalistas de produção (IANNI, 1981, p.154).

No caso da cana-de-açúcar, o arrendamento de terras propicia que um investimento a menos seja realizado, pois não é necessário comprar a terra para produzir. Aliam-se então, o proprietário da terra e o dono da produção (usinas), na monopolização do capital através do arrendamento.

Da mesma forma, a terra se constitui em um bem natural, mas que se torna mercadoria, como afirma Martins (1983, p. 159-160):

a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...], a terra não é a materialização do trabalho humano, mas se transforma em mercadoria.

Harvey (2005, p. 222), contribui afirmando que “não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso”. Desta forma, o capital tenta, a partir dessa renda, encontrar locais propícios para a sua reprodução. O que se percebe no estado do Mato Grosso do Sul é que, através da disponibilidade de grandes extensões de terras e de, conjuntamente, proprietários capitalistas, o capital monopolista encontra facilidades de expansão, pois também se vinculam a(s) elite(s) da região que tem interesses com essa forma de expansão<sup>6</sup>. São relações econômicas, mas também políticas na busca, na legitimidade dos interesses em jogo. Como menciona Paulino (2003, p. 167), tais perspectivas refletem no “fortalecimento da agricultura empresarial, tida como indispensável para a viabilização das unidades agroindustriais”.

Novas relações são estabelecidas. A terra passa a ter outro preço, negociada de forma a atender as exigências do agronegócio. Convém mencionar, de acordo com Mizusaki (2003), que

a partir da década de 60, o processo de desenvolvimento do capital no campo em Mato Grosso do Sul vai assentar suas bases sob o domínio do capital industrial, que se expandia no país orientado pelo modelo de produção propugnado pela chamada revolução verde. As culturas a viabilizarem esse novo *modo industrial de produzir* no campo [...] foram o trigo, a soja e a pecuária melhorada, que se expandiram primeiramente nas áreas ocupadas pela pecuária tradicional, devido ao seu baixo custo de implantação, por se tratarem de campos abertos, além do preço da terra ser mais baixo que nas áreas de mata. Entre 1968 e 1971 houve considerável elevação no preço da

terra, fazendo com que aumentasse a exploração dessas culturas através do sistema de arrendamento. (MIZUSAKI, 2003, p. 54–55, grifo da autora).

A partir dessas relações, é possível notar que através dos domínios do capital industrial no estado do Mato Grosso do Sul, as formas de produzir no campo passam a ser modificadas. A agricultura se volta para propiciar o mercado em expansão, se articulando e se reorganizando no território para tal viabilidade. Logo, outra relação que se dá, é a partir da renda da terra, que se torna vantajosa para a instalação das agroindústrias primeiramente voltadas para a produção de soja e atualmente para o setor sucroalcooleiro. Na definição de Malthus (1986, p.67),

podemos definir a renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado.

Portanto, a renda da terra como parte do produto total, reflete que ela se torne lucrativa para o arrendatário quanto para o proprietário da terra, pois com um mercado promissor os custos passam a ser supridos devido a grande barganha que entra no mercado. Nestes aspectos, a renda monopolista, no caso de Mato Grosso do sul, vem sendo realizada principalmente a partir da produção de soja e cana-de-açúcar, que segundo Harvey (2005, p. 222), “a renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”.

Logo, pode-se considerar os atores sociais, como expressado pelo autor, as usinas e proprietários de terras. As usinas como agentes especuladores de áreas para arrendamento, e os proprietários de terra que percebem no arrendamento de suas áreas uma maior possibilidade de aumento de renda por mais tempo, tanto pela cana-de-açúcar como também soja. Assim, o controle exclusivo de determinado produto comercializável, vai se dar nos dois atores sociais. Portanto, a *renda monopolista* a partir do domínio da produção, se dá tanto a partir das usinas como também dos proprietários de terras.

Através de trabalhos de campo, realizados em conversas com agricultores, agrônomos, e pessoas encarregadas do gerenciamento de usinas, é notório que as áreas mais atingidas pela expansão do setor sucroalcooleiro no estado, são as áreas de pastagens e em menor proporção de soja. Já os agricultores que trabalhavam com a

monocultura da soja, estão substituindo os implementos utilizados naquela produção, adquirindo novas máquinas que possuem formas de arar e adubar a terra direcionada para o plantio de cana, bem como máquinas apropriadas para fechar as covas com mudas, ou seja, o proprietário da terra também se torna dono da sua produção, mas ao mesmo tempo contrata mão-de-obra necessária para a produção. Isso se dá, em grande medida, porque o próprio capital criou *liames* de sujeição, fazendo com que o agricultor produza exclusivamente para as indústrias conforme Oliveira (1996, p. 24),

dois excelentes exemplos desse processo são as usinas ou destilarias de açúcar e álcool atualmente, em que indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa.

Neste contexto, o capital passa a se reproduzir de forma ampliada, ou seja, capitalista da indústria e proprietário de terra estão unificados em uma só pessoa. São as próprias indústrias que ditam o preço nessa atividade, ou seja, a produção comanda a circulação, processo esse que pode ser caracterizado segundo Oliveira (1996, p. 24), como “a territorialização do capital”. Para Thomaz Júnior (2002, p. 136), a reprodução ampliada do capital está vinculada “a partir da incorporação de novas tecnologias e equipamentos no processo de produção, nas diferentes etapas da cultura e na industrialização de cana, vem dando uma nova tônica ao processo de valorização e reprodução ampliada do capital”. Desta forma, na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra, cresce sua dependência em relação ao capital, onde o capital tende a se apropriar da renda da terra, ocorrendo então à sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1983, p. 170).

De maneira geral (e ainda parcial), entende-se que a expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, vem se realizando ainda de certa forma, através das grandes propriedades, das quais, até o presente momento tivemos a oportunidade de verificar. Porém, com o mercado da cana-de-açúcar em expansão, e conseqüentemente buscando novas áreas de terras que sejam suficientes para atender as usinas, pode ocasionar a incorporação de áreas menores, ou seja, é o capital monopolista penetrando nas áreas que ainda possa se realizar a agricultura camponesa.

### Considerações Finais

Com a realização deste estudo, nota-se que a entrada do capital monopolista no estado do Mato Grosso do Sul, corporificado pela instalação das agroindústrias da cana-de-açúcar vem atingindo outros ramos de atividade que, lentamente, alteram seu curso na ordem da produção, como a plantação da soja e a criação de gado. No entanto, inicialmente, o que se mostra mais em evidência nesse processo é a renda da terra, ocorrendo assim, muita oferta da mesma para a entrada da plantação da cana-de-açúcar e pouca terra para arrendamento para a plantação de outros produtos, tais como, soja e milho, por exemplo. Verifica-se um poder de pagamento pela renda da terra maior pelo capitalista que está buscando plantar cana-de-açúcar, onde o valor para essa plantação, normalmente dobra em relação ao arrendamento para a soja.

Outro fato, que deve ser mencionado, é a intervenção do Estado no processo de inserção de complexos sucroalcooleiros no Brasil e conseqüentemente no Mato Grosso do Sul, que vem sendo favorável a essa entrada maciça de agroindústrias da cana, através de subsídios e principalmente isenção de impostos. O subsídio fornecido pelo Estado garante que agricultores produtores de cana-de-açúcar e industriais ainda se mantenham sem prejuízos, pois o mercado atual se volta para essa expansão, condicionado a atender a uma demanda primeiramente nacional, mas já exportando grande quantidade de álcool para outros países, tendo como *inter-mediador* a empresa Petrobrás. Desta forma, o Estado passa a atuar como mediador e interventor. Raffestin (1993), a partir dessa relação nos leva ao entendimento de que

o ator político, o Estado, na medida em que o verdadeiro e legítimo representante da população que, por definição, quer viver e sobreviver num território, ter só pode escolher otimizar os recursos. O ator político está mais habilitado que outras organizações para gerenciar o patrimônio nacional. Estamos bem conscientes de que essa observação é marcada por um idealismo limitado pela ingenuidade, pois nos países capitalistas os recursos são, na maioria das vezes, objeto de apropriação privada. E então? Então a produção de recursos não tem de eliminar o confronto empresa – Estado para confiar a este último a responsabilidade pela exploração. (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

Logo, o subsídio prestado pelo Estado para a indústria bem como para os agricultores, caracteriza que, cada vez mais agricultores acreditados nesta expansão e atraídos pelos valores elevados proporcionados pela cana-de-açúcar e que também foi proporcionado no auge da soja com valores da saca três vezes acima do normal, passam a fazer parte desse processo monopolista de desenvolvimento.

Assim, esta reestruturação produtiva gerada através da monopolização do território no Mato Grosso do Sul, demonstra a sua organização no estímulo para o arrendamento de terras, e em menor medida, *a priori*, a territorialização do capital, que vem a se realizar primeiramente pelas empresas estrangeiras na compra de terras. Porém, nos trabalhos de campo realizados diretamente com as usinas de origem nacional, é possível perceber a expectativa na possível compra de terras, principalmente, quando a instalação da estrutura da empresa estiver consolidada. Porém, não é possível evocar quais serão os maiores impactos dessa expansão, principalmente no que tange as propriedades camponesas. Entretanto, verifica-se um movimento intenso que busca alterar boa parte da dinâmica da sociedade local em busca da implantação de usinas sucroalcooleiras. Mudam-se as paisagens, os contextos, os atores, as atividades de produção que atribuem, dessa maneira, novas e velhas formas de exploração e dominação do território, em busca da reprodução ampliada do capital.

#### Notas:

---

<sup>1</sup> Apesar de Lênin (1982) ser de corrente teórica oposta a de Oliveira (1996), ele auxilia a compreender a desintegração do campesinato a partir de uma diferenciação interna da própria unidade camponesa, que ao passo que esta aperfeiçoa os instrumentos de trabalho, contratam mão-de-obra assalariada, compram ou alugam terras, tornam-se empresários rurais e/ou pequenos agricultores, que possuídos de um capital investem em maior proporção na produção, ou seja, são pequenos capitalistas. Já Oliveira (1996) destaca que a família camponesa pode estar produzindo além de seu consumo, e com isso acumulando. Logo esse dinheiro pode ser destinado a aumentar suas terras, contratar trabalhadores assalariados, ficando a família o controle e administração da produção, tornando-se pois, pequenos capitalistas. Assim, tanto em Lênin (1982), quanto em Oliveira (1996), podemos verificar a desintegração do campesinato (LÊNIN, 1982), e a transformação dos camponeses em pequenos capitalistas (OLIVEIRA, 1996).

<sup>2</sup> E é nesse perfil que o Mato Grosso do Sul passa a fazer parte, a chamada “marcha para o oeste” que incentivou formas de produção que tivessem cunho de expressividade econômica. Logo, as ações intervencionistas do governo estimulam a vinda de *migrantes*, bem como a formação de colônias agrícolas que propiciassem o desenvolvimento esperado.

<sup>3</sup> A “homogeneização” da paisagem se dá pela produção da monocultura da cana-de-açúcar em larga escala no estado do Mato Grosso do Sul, resultando na modificação/alteração e ao mesmo tempo “homogeneização” da paisagem e dos aspectos sócio-espaciais. Poderíamos apontar para a formação de um “mar verde” na paisagem agrícola sul mato-grossense. Neste contexto, Santos (1988, p. 61), afirma que a idéia de que considera a paisagem como o “domínio do visível”. Logo a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos e substituições, sendo que se escreve uma sobre a outra historicamente. Para tanto, a perspectiva de análise da paisagem nos remete a perceber a realidade que por vez ocorre no estado do Mato Grosso Sul. Assim, concordamos com Claval (1983, p. 345) quando afirma que “se trata, pues, de uma cierta realidad, de una realidad percibida y de una imagen de la realidad como es el mapa”.

<sup>4</sup> Os termos monopolização e territorialização do capital utilizados durante o texto, são de Oliveira (1996).

<sup>5</sup> A “*Parceria*”, que se trata, foi identificada em trabalho de campo realizado no sul do estado de Mato Grosso do Sul, na qual os proprietários e também as empresas arrendadoras, identificam como “parceria”, pois as despesas de produção são divididas entre ambos. Portanto, tal processo se realiza entre proprietários capitalistas e empresas capitalistas.

<sup>6</sup> Cabe destacar, que na década de 1970, o Senado federal autorizou o governo do Mato Grosso, a vender no município de Arapuanã, cinco áreas de 200 mil há, portanto, 1 milhão de há para 5 proprietários. Isso identifica, a política concentracionista de terras que se revelou e que ainda se revela no Mato Grosso e em outras regiões do centro-oeste e norte do Brasil (OLIVEIRA, 1996, p. 29).

<sup>7</sup>Trabalho de campo, realizado no 2º semestre de 2007.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. Campinas: HUCITEC, 1992. 275 p.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Tradução Waltemir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 236 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução C. Iperioig. Rio de Janeiro: Laemmert S.A, 1968. v.II. 329 p.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 403 p. (Os Economistas).

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. Ensaio sobre a população**. RICARDO, David. **Notas aos princípios de economia política de Malthus**. Tradução Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 387 p.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 210 p.

MENDONÇA, Marcelo R.; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho**. Investigaciones Geográficas, Diatrto Federal - México, nº 55, p. 97-121. Diciembre de 2004.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. 2003. 432f. Tese (Doutorado em Território, Economia e Desenvolvimento Regional) – Instituto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996. 168 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **O Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida. a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. 430p. (Tese de Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Unesp. Presidente Prudente – SP, 2003.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes no pensamento brasileiro).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. 120 p.

THOMAZ Jr, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. 406 p.